

## Governo não vai editar novo indulto de Natal até decisão do Supremo

Após encontro do ministro da Justiça, Torquato Jardim, com o presidente Michel Temer no Palácio do Jaburu, o titular da pasta afirmou, por meio de nota publicada na tarde de sexta-feira (29), que o governo não vai editar um novo decreto de indulto de Natal. O primeiro foi suspenso parcialmente pela presidente do STF, Cármen Lúcia, na quinta-feira (28), após solicitação da Procuradoria-Geral da República sob o argumento de que o benefício favoreceria a impunidade.

“O governo aguarda, em face do exposto, que o Supremo possa decidir o mais breve

possível sobre o tema”, diz o texto. Ao todo, 3 dos 15 artigos e 2 incisos do decreto foram suspensos por meio de liminar concedida pela ministra à proposta da procuradora-geral da República, Raquel Dodge. São eles: o indulto para quem cumprisse só um quinto de qualquer tipo de pena ou crime, a concessão do benefício para quem havia recebido pena restritiva de direito (prisão domiciliar com tornozeleira eletrônica, por exemplo), para quem está em livramento condicional ou no regime aberto, para quem não tinha sentença definitiva em seu processo e o perdão de multas pela reparação de

danos, como as definidas para réus em casos da Lava Jato.

A suspensão dos trechos deve valer até o exame do ministro Luís Roberto Barroso, relator do caso no STF, ou pelo plenário do Supremo. O STF volta às atividades no dia 1º de fevereiro de 2018. Segundo auxiliares do presidente, uma das possibilidades diante da suspensão do decreto estabelecida por Cármen Lúcia seria adequar o texto aos termos da decisão proferida pela ministra.

Na nota desta sexta, o Ministério da Justiça diz que o governo “jamais praticou ato qualquer de restrição ou inibição à Operação Lava Jato.



Uma das possibilidades, diante da suspensão do decreto estabelecida por Cármen Lúcia, seria adequar o texto aos termos da decisão proferida pela ministra.

Ao contrário, apoia todas as investigações em curso” e que o indulto é “tradição humanitária praticada todos os anos e favorece condenados por

crimes não-violentos”. Apesar de acatar a decisão do STF, o Ministério da Justiça pondera que a decisão da magistrada “impede, neste momento, que

milhares de condenados por crimes sem grave ameaça ou violência à pessoa possam beneficiar-se do indulto, contrariando a nossa tradição”.

## "Sem reforma da Previdência, Brasil vai quebrar"

Brasília - Em evento promovido pelo governo na sexta-feira (29), o governador Marconi Perillo (GO) saiu em defesa do ministro Carlos Marun (Secretaria de Governo), que admitiu esta semana que gestores estaduais e municipais estão sendo pressionados a trabalhar a favor da aprovação da reforma da Previdência, em troca de liberação de recursos e financiamentos de bancos públicos.

Segundo Perillo, o governo do presidente Temer é o que mais tem ajudado os Estados nos últimos anos e os governadores precisam demonstrar ‘reciprocidade’. “Somente nessas duas últimas semanas, o Estado de Goiás está sendo beneficiado com R\$ 800 milhões. Essas coisas nos empolgam, nos enchem de responsabilidade”, afirmou. Em nota, Marun reafirmou esperar que todos os agentes públicos tenham ‘responsabilidade’ com a reforma da Previdência.

O governador de Goiás avaliou que Marun está correto ao ‘colocar questões das reformas’ para os governadores. “Precisa



Governador de Goiás, Marconi Perillo.

colocar mesmo. Sem a reforma da Previdência, o Brasil vai quebrar. O Brasil vai falir se a gente não tomar decisões responsáveis”, declarou. Segundo Perillo, Goiás possui hoje R\$ 1,5 bilhão de déficit previdenciário. Perillo e Marun participaram da assinatura de 24 novos contratos de financiamento com empresas estaduais de saneamento básico. Ao todo, foram liberados R\$ 951,26 milhões para Espírito Santo, Goiás, Pernambuco e Rio Grande do Sul (AE).

## Produção de remédio derivado da maconha

Teresina - O governador do Piauí, Wellington Dias, assinou na última quinta-feira (28), autorização para a produção de canabidiol, substância presente na planta da maconha, a Cannabis sativa. Os estudos e o processamento da substância ficarão a cargo do Centro Integrado de Reabilitação e das universidades federal e estadual, que fabricarão o medicamento com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí.

O trabalho começa já no início do ano e, ainda em 2018, o Estado diz esperar contar com uma câmara setorial de biotecnologia para apoiar a produção. Para o governador, a iniciativa beneficiará pessoas que sofrem com convulsões e epilepsias. “Antes importávamos o canabidiol da Califórnia e de Israel, o que gerava um custo muito elevado e, a partir da autorização da produção, o Piauí passa a produzir seu próprio produto, com um investimento de cerca de R\$ 1 milhão”, diz (AE).

## Aviso de vencimento do IPVA não será mais enviado por carta

São Paulo - A partir de agora, os avisos de vencimento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) não serão mais enviados para os motoristas por meio de cartas no Estado de São Paulo. Segundo a Secretaria de Estado da Fazenda, a medida é para evitar o extravio de correspondências e para “contribuir com as boas práticas de sustentabilidade”.

As informações sobre o IPVA, como calendário de vencimento, valor do imposto e taxa de licenciamento, poderão ser obtidas por meio do site (www.valoripva2018.fazenda.sp.gov.br). O usuário deve informar o Registro Nacional de Veículo Automotor (Renavam) e a placa do veículo.

“Ao tornar as informações sobre o IPVA disponíveis em ambiente digital, a Secretaria da Fazenda quer que o proprietário de veículos possa se informar e se programar para as datas de vencimento de imposto de uma forma simples, direta e acessível”, informou a pasta (AE).

## Comércio paulista acumula alta de 3,5%

O volume de vendas do varejo ampliado paulista cresceu 3,5% de janeiro a outubro em comparação com o mesmo período de 2016. O dado é da pesquisa ACVarejo, da Associação Comercial de São Paulo (ACSP). Pela primeira vez desde que o levantamento começou (julho de 2014), todas as regiões do Estado de São Paulo avaliadas registraram aumento.

“Os resultados sugerem uma retomada cada vez mais generalizada do setor e uma intensificação da recuperação, que deverá continuar nos próximos meses, em linha com o maior crescimento da renda, do emprego e do crédito previstos, além da possibilidade de contar com pelo menos uma redução adicional da taxa básica de juros no começo de 2018”, analisa Alencar Burti, presidente da ACSP (AI/ACSP).

## Desemprego caiu para 12% no trimestre encerrado em novembro, mostra IBGE

A taxa de desemprego no país fechou o trimestre encerrado em novembro em 12%, uma retração de 0,6 ponto percentual em relação ao trimestre anterior, quando a taxa estava em 12,6%. Na comparação com o mesmo trimestre do ano passado, quando a taxa foi estimada em 11,9%, o quadro foi de estabilidade. Os dados fazem parte da Pnad Contínua divulgada pelo IBGE. Segundo a publicação, no trimestre encerrado em novembro a população desocupada do país era de 12,6 milhões, registrando queda de 4,1% em relação ao trimestre anterior - menos 543 mil pessoas desocupadas.

Em comparação com igual trimestre do ano passado, quando havia 12,1 milhões de desocupados, houve alta no desemprego de 3,6% (mais 439 mil de pessoas).



O trabalho informal contribuiu para a manutenção da tendência de alta do emprego.

A Pnad Contínua mostra que, no trimestre encerrado em novembro, a população ocupada era de 91,9 milhões, tendo crescido 1% em relação ao trimestre anterior - o equivalente a mais 887 mil pessoas empregadas. Em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, quando a população ocupada era de 90,2 milhões de pessoas, o crescimento foi

de 1,9% - o equivalente a mais 1,7 milhão de pessoas.

O trabalho informal continuou contribuindo para a manutenção da tendência de alta do emprego que vem sendo registrada nos últimos meses e, ao lado do número de postos de trabalho gerados pela sazonalidade do comércio decorrente das festas de final de ano voltou a contribuir para a queda no desemprego no trimestre encerrado em novembro. Os números indicam que, embora com número de desempregados superior ao mesmo período do ano passado, o desemprego deixou de crescer. Para o coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, Cimar Azeredo, a desocupação ainda está maior que a do ano passado, mas esse crescimento desacelerou visivelmente na comparação anual (ABR).

## Quando acabar o mandato, Pezão vai deixar a política

Fábio Motta/Estadão Conteúdo



O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e o governador Fernando Pezão no lançamento do Programa Dinheiro Direto na Escola.

Rio - O governador do Rio, Luiz Fernando Pezão, anunciou na sexta-feira (29), que não voltará a disputar cargos políticos, o que faz desde 1982. Se dizendo “cansado” e vendo “pouco espaço para quem quer fazer, entregar”, o político afirmou que saiu do governo em 2018 “de cabeça erguida”, mas que vai se aposentar. “Quando acabar o mandato, vou deixar a política, vou procurar emprego”, disse.

“Eu acho que a política mudou muito, para quem gosta de entregar está cada vez mais difícil fazer as coisas. Hoje tem muito mais gente para falar não, para fiscalizar, hoje as pessoas mostram como um trunfo reprovar contas de 21 gestores em 23, então acho que o País não está propício para quem quer trabalhar, entregar, se não fizer um

pacto pelo fazer eu acho que vai ficar prevalecendo o não fazer”, declarou Pezão após o lançamento do Programa Dinheiro Direto nas Escolas, que vai destinar R\$ 27,6 milhões para escolas estaduais e municipais do Rio de Janeiro.

Apesar de também beneficiado, o prefeito da capital Marcelo Crivella não apareceu na cerimônia - fato que foi notado pelos políticos presentes. Pezão disse ainda que confia na juventude que está aparecendo na cena política, e citou o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, presente no evento, e o ex-prefeito Eduardo Paes. “Quero terminar 2018 com a cabeça erguida, colocando as contas em dia e mostrando que o Rio sabe fazer responsabilidade fiscal também”, afirmou Pezão (AE).

## Marun ‘não abrirá mão’ de pedir apoio à reforma

O ministro da secretaria de Governo, Carlos Marun, disse na sexta-feira (29), em Brasília, que não abrirá mão de pedir apoio à reforma da Previdência para todos os agentes públicos. Marun voltou a negar que tenha condicionado a liberação de financiamentos em bancos públicos para os governadores ao comprometimento deles na busca de votos para aprovar a reforma da Previdência.

“A verdade é que não está sendo condicionado, mas também é verdade que não vamos abrir mão de pleitear o apoio dos agentes públicos e, especialmente, daqueles que estão sendo beneficiados por ações do governo”, disse, ao participar de cerimônia de assinatura da liberação de R\$ 951,26 milhões em empréstimos da Caixa a campanhas estaduais de saneamento.

Marun disse que não segue a cartilha do politicamente correto. “Nessa cartilha, não cabe muitas vezes a verdade, a necessidade de se falar em gratidão, mas cabe a hipocrisia e mentira”, disse. Ele comparou a nazistas quem estaria propagando “mentiras” sobre sua fala relacionada ao apoio à reforma da Previdência. “É como o nazismo em que uma mentira



Ministro da secretaria de Governo, Carlos Marun.

que se repete à exaustão e se transforma em verdade”, disse Marun.

Para o ministro foram propagadas duas mentiras. Uma delas seria a negação de que a Caixa tem como razão de existência a sua missão de “conduzir e executar políticas públicas”. “É mentira que a Caixa não existe para isso”, disse, ao lado do presidente da instituição financeira, Gilberto Occhi. “Outra mentira é que estaria condicionando apoio a reforma da Previdência a qualquer ação governamental”, destacou. O ministro desafiou a encontrar em sua fala qualquer chantagem. “Não vão achar”, disse, durante a assinatura dos contratos (ABR).

“Procure descobrir o seu caminho na vida. Ninguém é responsável por nosso destino, a não ser nós mesmos”.

Chico Xavier (1910/2002)  
Expoente do Espiritismo

## PGR questiona trecho de emenda da Reforma Política

Brasília - A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, entrou com ação no STF questionando e pedindo a suspensão imediata de trecho de emenda que garantiu aos partidos políticos autonomia para definir livremente a duração de seus diretórios e órgãos provisórios. De acordo com a PGR, o dispositivo fere cláusulas pétreas da Constituição e tem caráter antidemocrático, ao concentrar

o poder decisório nos diretórios nacionais e favorecer a existência de “partidos de aluguel”.

A emenda foi promulgada no dia 4 de outubro deste ano, pelo Congresso, como parte da Reforma Política. O texto estabelece normas sobre acesso dos partidos políticos aos recursos do fundo partidário e ao tempo de propaganda gratuito no rádio e na televisão para o próximo ano eleitoral, e veda as coligações partidárias nas eleições proporcionais, neste caso para 2020. A procuradora pede a suspensão somente do artigo 1º.

Para Dodge, o aval para os partidos definirem livre-

mente o prazo de vigência dos diretórios provisórios é um obstáculo à renovação política municipal ou estadual. A concentração de poder na direção nacional também pode levar ao uso da legenda como “partido de aluguel”, afirma a procuradora. O documento cita que o TSE já definiu que os diretórios provisórios devem ter duração máxima de 120 dias, numa resolução de 2016.

Nas conclusões da ação, a procuradora-geral cita que o “perigo” dos partidos ficarem livres neste quesito “se revela tanto mais danoso em ano eleitoral, como é o de 2018, que se aproxima” (AE).